



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0022563-27.2009.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Excipiente: **Laura Karst Caminha**
 Excepto: **Fazenda Publica Municipal de Sao Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de embargos infringentes interpostos pela **FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, contra a sentença que acolheu a exceção de pré-executividade e reconheceu a prescrição do crédito. Aduz a não ocorrência de nulidade da citação por edital e, por consequência, de prescrição, pois tentou administrativamente obter o endereço da executada, que não atualizou o seu cadastro e, além disso, não se teria observado o art. 2º, parágrafo 3º, da Lei 6.830/80, cuja norma determina a suspensão do prazo prescricional por 180 (cento e oitenta) dias, nem o artigo 219, § 1º, do CPC. Em razão do alegado, pediu a reforma da sentença, bem como a diminuição do valor dos honorários.

Intimada a embargada, deixou de apresentar contrarrazões (certidão fls. 98).

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O pedido não comporta acolhimento.

A embargante já sabia, administrativamente, que a empresa tinha mudado de endereço, mas, mesmo assim, o indicou no processo, tendo o AR voltado sem cumprimento. É certo que a empresa deve manter atualizado o seu cadastro, sob pena de multa, mas deveria a embargante ter lançado mão de outros recursos para tentar localizá-la. Sequer houve a tentativa de citação por Oficial de Justiça.

Quanto à questão de se saber se a inscrição em dívida ativa é capaz de suspender prescrição do débito tributário, nos termos do art. 2º, §3º, da Lei 6.830/80, tem-se que a presente Execução Fiscal se refere a tributo, matéria inteiramente regulada pelo Código Tributário Nacional, sendo inadmissível o regramento do prazo prescricional ou decadencial por lei ordinária, nos termos do art. 146, III, b, da Constituição Federal.

Adotando esse entendimento o Supremo Tribunal Federal editou, inclusive, a Súmula Vinculante nº 8 que possui o seguinte verbete: “*são inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário*”.

0022563-27.2009.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

De fato, a inscrição do crédito tributário em dívida ativa não tem qualquer implicação no curso do prazo prescricional.

Segundo escólio de Leandro Paulsen “A inscrição em dívida ativa constitui-se em mero ato interno da Administração. Não há previsão legal de notificação do contribuinte quanto à inscrição, tampouco qualquer implicação no curso do prazo prescricional. A cobrança amigável feita nesta fase, por Aviso de Cobrança, também não tem efeitos sobre a prescrição”.

Nesse sentido, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO- PRESCRIÇÃO - COBRANÇA DE IPTU. 1. A obrigação tributária nasce com o fato gerador, mas o crédito respectivo só se aperfeiçoa com o lançamento, fazendo nascer, a partir daí, um crédito que pode ser cobrado no curso dos próximos cinco anos. 2. **A inscrição do crédito na dívida ativa é mera providência burocrática, sem força para marcar algum termo prescricional.** 3 Somente a citação é capaz de interromper o prazo prescricional, não podendo ser considerado para tanto o disposto no CPC. 4 Recurso especial provido. (grifei)

O mesmo entendimento é corroborado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO. ART. 2º, § 3º, DA LEI 6.830/80. PRAZO DE 180 DIAS. NÃO-APLICAÇÃO. SUPREMACIA DO ART. 174 DO CTN. 1. O art. 2º, § 3º, da Lei 6.830/80, nos termos em que foi admitido em nosso ordenamento jurídico, não tem prevalência. A sua aplicação deve sofrer os limites impostos pelo art. 174 do CTN. Precedentes. 2. Prescrição reconhecida. 3. Recurso especial a que se nega provimento."(grifei)

Quanto ao artigo 219, § 1º do CPC, não tem aplicação ao caso em tela, pois a citação não foi feita no prazo legal.

Quanto ao valor dos honorários, a sentença comporta reparo, pois, não obstante tenha como objetivo retribuir o trabalho intelectual do procurador, há que se levar em conta que se trata de tema repetitivo e de pouca complexidade. Além disso, supera, inclusive, o valor total do crédito em execução, sendo razoável a sua redução ao patamar de R\$ 100,00 (cem reais).

Ante o exposto, **ACOLHO, EM PARTE**, aos embargos infringentes interpostos por **FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, somente para reduzir a verba honorária ao patamar de R\$ 100,00 (cem reais) mantendo-se no mais a sentença.

P.R.Int.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

São Carlos, 09 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**